

# O Benefício Variável Jovem e suas implicações para a redução da evasão escolar

Christiani Bortoloto Lopes<sup>1</sup>  
Francis Mary Guimarães Nogueira<sup>2</sup>  
Claudimara Cassoli Bortoloto<sup>3</sup>

## Introdução

Os anos 2000 foram marcados por um conjunto de políticas sociais substanciais para a melhoria das condições de vida da população brasileira. A intersectorialidade entre educação, saúde e assistência expressa pelas condicionalidades impostas aos cidadãos como contrapartida para a inclusão nessas políticas, além da gestão articulada por redes de atendimento, contribuíram para a melhoria de resultados no que tange ao desenvolvimento de políticas sociais.

Este estudo é resultado da dissertação de mestrado que teve como temática central uma dessas políticas, o Programa Bolsa Família (PBF)/Benefício Variável Jovem (BVJ). Nesse trabalho, buscou-se analisar se o referido benefício contribui ou não para a permanência dos adolescentes no ensino médio.

---

<sup>1</sup> Assistente Social da Unidade Básica de Saúde – lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cascavel PR. Mestre em educação – UNIOESTE, pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais –GPPS UNIOESTE. Email: [christianilopes@yahoo.com.br](mailto:christianilopes@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Pós-doutorado pelo *Centro de Estudios del Desarrollo* (CENDES), da Universidad Central de Venezuela (UCV). Doutora em Educação; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais – GPPS UNIOESTE; Docente do Curso de Pedagogia, Pedagogia dos educadores do campo e do Programa de Mestrado em Educação da UNIOESTE. Email: [guimanog@terra.com.br](mailto:guimanog@terra.com.br)

<sup>3</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela UNESP – Araraquara, Mestre em Educação – UNIOESTE, Docente da UTFPR campus de Medianeira, pesquisadora externa do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais - GPPS UNIOESTE. Email: [claudibortoloto@yahoo.com.br](mailto:claudibortoloto@yahoo.com.br)

A política social em tela vincula-se às redes de atendimento geridas intersetorialmente, por se tratar de um benefício vinculado à Secretaria de Assistência Social, pois atende aos beneficiários diretos do PBF. Simultaneamente, está relacionado à educação, visto que a condicionalidade para o recebimento do benefício é a frequência escolar. Sendo assim, para sua gestão enquanto política, o programa incorpora três redes de atendimento: assistência social, saúde e educação, as quais parecem estar minimamente integradas para o cumprimento dos seus objetivos.

O PBF contempla o recebimento de benefício básico para famílias cuja renda mensal *per capita* seja comprovada no valor até R\$77,00<sup>4</sup>. No entanto, esse valor é repassado mesmo que as famílias não tenham em sua composição familiar crianças, adolescentes ou jovens. Além do benefício básico, o programa contempla o recebimento dos benefícios variáveis, no valor de R\$35,00, pagos às famílias com renda mensal *per capita* de até R\$154,00, que tenham como membros crianças e adolescentes na idade de zero a quinze anos, gestantes e/ou nutrizas. Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis, alcançando, no máximo, R\$175,00. Dentre os benefícios variáveis, está o BVJ, destinado às famílias que têm em sua composição familiar adolescentes de dezesseis e dezessete anos, matriculados no ensino médio, com limite de dois benefícios por família, pagos no valor de R\$38,00 por adolescente (BRASIL, 2014a).

Para fins de coleta de dados, o estudo delineou como amostra dois colégios do município de Cascavel, no estado do Paraná, tendo como critério o descumprimento das condicionalidades do PBF, ou seja, a não realização dos compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias do programa. A partir do levantamento junto à Secretaria Municipal de Educação de Cascavel (SEMED), diagnosticaram-se os colégios com maior e menor índice de descumprimento de condicionalidade no ano de 2011. A pesquisa delimitou-se a analisar as amostras de dados referentes a esses

---

<sup>4</sup> Os dados referentes aos benefícios são de 2012. Atualmente, os valores foram alterados, conforme o aumento de repasses, dado temporariamente pelo Governo Federal. Os valores atuais podem ser verificados no seguinte endereço: <http://www.mds.gov.br/>.

colégios, analisando-os em relação à evasão escolar, tida como principal indicador de descumprimento de condicionalidade. Também se verificou em que medida o BVJ contribuiu ou não para a permanência dos adolescentes beneficiários do programa no ensino médio.

## **1. Metodologia**

Para o desenvolvimento deste estudo, selecionou-se a variável descumprimento de condicionalidades, através do levantamento dos colégios que apresentaram o maior e o menor índice desses compromissos assumidos, os quais foram tomados como amostra. A pesquisa teve como fonte de dados o Cadastro Único, que traz o número de famílias cadastradas e beneficiárias do PBF/BVJ.

A SEMED é o órgão responsável por coletar, anualmente, os dados de todos os beneficiários do programa e repassá-los para o Ministério da Educação (MEC), o qual o transmite para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O MEC, a cada ano, divulga o relatório denominado “Projeto Presença”, que traz informações referentes aos números de BVJ e em relação ao descumprimento de condicionalidades.

Os dados relativos ao último levantamento da pesquisa, de 2011, indicaram um total de 1.395 jovens BVJ vinculados ao ensino médio. Os dados disponibilizados pelo último relatório do MEC, até o momento da elaboração desta pesquisa, indicaram o Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz como tendo apresentado o maior número de descumprimento, e o Colégio Estadual Presidente Costa e Silva com o menor número de descumprimento. É importante ressaltar que o número total de descumprimentos desse benefício corresponde à somatória dos descumprimentos ao longo do ano de 2011.

Como o descumprimento de condicionalidades foi a variável que determinou as amostras deste estudo, deve-se considerar que, conforme Brasil (2014b, p. 01), “as condicionalidades são os compromissos nas áreas da Educação, da Saúde e Assistência

Social, assumidos pelas famílias e que precisam ser cumpridos para que elas continuem a receber o benefício do Bolsa Família”. Em relação ao BVJ, a condicionalidade definida trata-se do compromisso que cada família com adolescentes beneficiários do programa firma de apresentar, no mínimo, 75% de frequência escolar. O descumprimento desse acordo implica em efeitos como advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento do benefício. O período de acompanhamento de todos os alunos que receberam o auxílio BVJ, desde a advertência até o cancelamento, é de seis meses.

O estudo das amostras desta pesquisa possibilitou a identificação dos motivos dos descumprimentos por parte dos jovens beneficiários do PBF/BVJ. A pesquisa considerou a realidade escolar, diagnosticada mediante informações fornecidas pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola, que explicitou o perfil da comunidade escolar bem como a realidade socioeconômica dos estudantes. Além do PPP, foram pesquisados, junto à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), dados quantitativos referentes aos colégios estaduais. Essas informações dizem respeito aos índices de abandono, aprovação e reprovação escolar, os quais são fundamentais e implicam diretamente em indicadores de condicionalidades do BVJ.

## **2. As implicações do PBF/BVJ para o ensino médio**

Os indicadores de descumprimento de condicionalidade evidenciados pelo relatório do “Projeto Presença” revelaram dois colégios que registraram o maior e menor índice de descumprimento na cidade de Cascavel. Um aspecto a ser considerado é a relação entre a localização dos mesmos e os seus índices de descumprimento.

O Colégio Presidente Costa e Silva situa-se no centro da cidade, com os melhores indicadores no que concerne à renda dos alunos. O colégio teve o maior número de alunos inseridos no BVJ sem descumprimento. O Colégio Padre Pedro Canísio Henz, por sua

vez, está localizado na zona periférica da cidade, cuja população tem as menores rendas. Foi a instituição que apresentou o maior índice de descumprimento no município.

Embora a localização não seja, necessariamente, a razão dos melhores ou piores resultados, o estudo exigiu compreender o perfil socioeconômico dos alunos. Buscou-se, também, perceber as implicações da localização das instituições para a efetivação dos objetivos do BVJ, que são contribuir para a ampliação dos índices educacionais no ensino médio e combater a evasão escolar nesse nível (BRASIL, 2014a).

A análise dos PPPs dos colégios evidenciou realidades distintas no que se refere ao local e ao perfil socioeconômico da população, apesar de todos os alunos terem em comum a necessidade de buscarem a formação em escolas da rede pública. Como trabalhadores ou filhos de trabalhadores, suas condições socioeconômicas e o tempo dedicado aos estudos interferem de forma significativa no rendimento escolar bem como influenciam no descumprimento da condicionalidade e na frequência à escola.

A maioria dos alunos do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, conforme dados do PPP da instituição, é oriunda de bairros adjacentes à periferia, e, por isso, tem que se deslocar para estudar nessa instituição. Entretanto, apesar de os beneficiários do programa serem estudantes que vivem em bairros periféricos, nesses territórios não se defronta com o fenômeno da extrema pobreza (CASCAVEL, 2012a).

As condições materiais explicam e determinam o fenômeno da dedicação praticamente exclusiva da maioria dos estudantes desse colégio. Embora muitos sejam oriundos da periferia, possuem a condição de somente estudar, o que contribui para a instituição apresentar os menores índices de descumprimento. No entanto, esse colégio não está livre das mazelas que afetam as escolas públicas no Brasil, visto que também enfrenta problemas relacionados à evasão escolar, reprovação, dentre outros.

A Tabela 1 demonstra os índices de aprovação, reprovação e abandono escolar do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva

referentes ao ano de 2011, conforme informações obtidas no Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

Tabela 1 - Taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar no ensino médio do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, no ano de 2011

Séries	1º.	2º.	3º.	4º	Total Médio
Taxa de Aprovação	71,54	67,67	87,5	0	74,14
Taxa de Reprovação	19,51	16,16	9,72	0	15,98
Taxa de Abandono	8,94	16,16	2,77	0	9,86

**Fonte:** PARANÁ, 2012a.

Essa Tabela indica que a taxa de aprovação na instituição foi de 74,14% no período referenciado. Considerando a média das três séries, o maior índice de aprovação ocorreu no terceiro ano, enquanto o maior percentual de reprovação deu-se primeiro ano, e a maior taxa de abandono efetivou-se no segundo ano.

Já o Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz, que apresentou o maior índice descumprimento de condicionalidades do programa no ano de 2011, situa-se na região periférica do município de Cascavel. A população dessa localidade, em maioria, vive em condições de pobreza e extrema pobreza. E o colégio em questão depara-se com problemas como rotatividade de professores e violência escolar.

Para enfrentar esses desafios, o PPP dessa instituição apresenta uma organização pedagógica distinta da do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, que tem o currículo organizado por blocos de disciplinas semestrais. Os conteúdos por blocos concentram toda carga horária de cada disciplina, que é ofertada de forma concentrada em um semestre a cada ano, de modo que há revezamento das disciplinas semestralmente (CASCABEL, 2012b).

O Colégio Padre Pedro Canísio Henz, para traçar o perfil socioeconômico dos alunos e divulgá-los no PPP, realizou questionários, que foram aplicados por amostragem aos alunos dos

ensinos fundamental e médio nos três turnos, no ano de 2010. Os resultados revelaram que os estudantes, em sua maioria, são moradores da área urbana e residem nas proximidades da escola, de modo que 90% deles não necessitam de transporte para se locomoverem até a instituição escolar. Além disso, evidenciou-se que seus pais ou responsáveis possuem ocupações profissionais heterogêneas, como indica o documento:

[...] caseiro, descarregador, pintores, frentistas, carpinteiros, soldador, estofador, recapador, entregador, guardião, autônomos, serventes em construção civil, porteiro, taxistas, moto taxistas, agenciador de cargas, serralheiro, pedreiro, auxiliares de produção, jardineiro, marceneiros, contador, garçons, marmoristas, lavrador, pizzaiolo, locutor, motorista, montador em empresa automobilística, coletor, costureiro, corretores, inspetor fiscal, operadores de maquinas, gerentes de empresa do ramo do comércio, cabeleireiro, vendedores, guarda patrimonial, borracheiro, encanador, mestre de obras, mecânico, monitores encarregados de setores (indústria e comércio), empilhadores, empresários, motoristas, metalúrgicos, jardineiros, policiais militares, vigilantes, vidraceiros, padeiros, chapeadores, soldadores, torneiros mecânicos, professores, agricultores, cozinheiras. (CASCAVEL, 2012b, p. 05 -14).

No conjunto, as profissões destacadas acima não exigem alto grau de ensino ou escolarização.

A análise dos dados ainda revelou que o colégio em questão teve, no ano de 2011, 410 alunos matriculados no ensino médio, com uma taxa de 78,90% de aprovação. A maior taxa de aprovação foi na 1ª série, sendo de 80,70%, enquanto a maior taxa de reprovação foi percebida na 2ª série, com índice de 10,10%. Por fim, constatou-se que o maior percentual de abandono ou evasão ocorreu na 3ª série, sendo de 14,80%, conforme dados do PPP, apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Índice percentual de aprovação, reprovação e abandono escolar nas três séries do ensino médio da Escola Estadual Padre Pedro Canísio Henz, em 2011

Séries	1º.	2º.	3º.	Total Médio
Taxa de Aprovação	80,70	79,20	75,90	78,90
Taxa de Reprovação	6,60	10,10	9,9	8,50
Taxa de Abandono	12,60	10,60	14,80	12,40

Fonte: CASCAVEL, 2012b.

Para fins de estabelecer uma comparação entre os dois colégios tomados como amostra nesta pesquisa e as demais escolas estaduais do município de Cascavel no que tange às variáveis elencadas, percebe-se que os colégios em questão apresentaram as menores taxas de aprovação no quadro geral das instituições. A taxa de aprovação nas três séries no Colégio Presidente Costa e Silva foi de 74,4%, e no Colégio Padre Pedro Canísio Hens esse índice foi de 78,90%, percentuais inferiores à média geral de todos os colégios estaduais do município, de 81,7%, conforme apresentado abaixo na Tabela 3.

Os dados da Tabela 3 indicam que os colégios, de forma geral, tiveram maior índice de aprovação no terceiro ano, com média de 88,2%. Esse dado coincide com o apresentado no Colégio Presidente Costa e Silva, cuja taxa de aprovação nesse ano escolar foi de 87,5%, mas difere da realidade da Escola Padre Pedro Canísio Henz, que teve a maior taxa de aprovação no primeiro ano do ensino médio, e não no terceiro.

Quando se considera o item taxa de reprovação, o Colégio Padre Pedro Canísio Henz também destoa das demais escolas estaduais de Cascavel. Na instituição, a segunda série apresentou a maior taxa de reprovação, de 10,10%, enquanto o índice geral no município foi de 16,71%, conforme dados da Tabela abaixo. Diferentemente, o Colégio Presidente Costa e Silva teve os índices equiparados aos do município, pois também teve o primeiro ano como a série que mais reprovou, com taxa de 19,51%.



As duas amostras da pesquisa apresentam índices superiores de abandono escolar quando comparadas aos percentuais do município, que foi de 6,9%, como evidencia a Tabela 3. O Colégio Estadual Presidente Costa e Silva teve 9,86% de abandono, enquanto no Colégio Padre Pedro Canísio Henz essa taxa foi de 12,40%.

Além disso, no geral, os colégios estaduais do município de Cascavel tiveram o primeiro ano como a série com maior índice de abandono, com taxa de 7,4%. Esses dados diferem dos dois colégios tomados como amostra nesta pesquisa, visto que o Colégio Padre Pedro Canísio Henz apresentou maior taxa de abandono no terceiro ano, com índice de 14,80%, e no Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, o maior abandono concentrou-se no segundo ano, com taxa de 16,16%.

Outro fato a se notar é que os dois colégios da amostra deste trabalho revelaram índices bem superiores de abandono escolar em relação à média dos demais colégios estaduais de Cascavel.

Tabela 3 – Taxas percentuais de aprovação, reprovação e abandono escolar no ensino médio no município de Cascavel, no ano de 2011

Séries	1º.	2º.	3º.	4º.	Total Médio
Taxa de Aprovação	76,24	81,29	88,2	96,09	81,7
Taxa de Reprovação	16,71	12,92	6,24	1,95	12,2
Taxa de Abandono	7,4	5,78	5,55	1,95	6,09

**Fonte:** PARANÁ, 2012a.

O abandono escolar é um problema estrutural da educação no Brasil. Frente a esse problema, as escolas tomadas como amostra deste estudo desenvolvem medidas a fim de minimizá-lo. O Colégio Presidente Costa e Silva desempenhou algumas ações objetivando o maior engajamento da comunidade escolar e comprometimento dos profissionais envolvidos no acompanhamento escolar. Além disso, houve o acompanhamento

da coordenação pedagógica junto às famílias, o que se consolidou por meio do estabelecimento de contato direto com os responsáveis, ou com os próprios alunos, quando maiores de dezoito anos. Esse mecanismo foi adotado principalmente com relação aos alunos faltosos ou com baixo desempenho escolar.

Na Escola Estadual Padre Pedro Canísio Henz, do seu modo, também houve preocupação e reconhecimento da participação da família na instituição. Por assim ser, como estratégia para essa aproximação, diversas atividades foram desenvolvidas e, também, foram criados espaços para socialização de informações referente aos filhos, de forma a contribuir para melhoria da educação escolar (CASCAVEL, 2012b). Conforme análise do PPP da instituição, a participação dos pais não deve se restringir aos momentos em que o aluno apresenta comportamentos negativos ou notas baixas, ou mesmo em momentos festivos. Essa interação dos pais com a instituição escolar deve ocorrer como mecanismo de enriquecimento mútuo, com ampliação do espaço democrático, e, também, como forma de combater a evasão escolar.

Assim como nos demais colégios, o problema da evasão está presente na realidade da Escola Estadual Padre Pedro Canísio Henz. A instituição busca combater a evasão escolar de modo a reduzir os atuais índices de abandono escolar, que lhe aufere um dos maiores índices apresentados pelo município de Cascavel. Como medida de combate à evasão, no ano de 2010, o colégio empreendeu uma mudança em relação à oferta de conteúdos, deixando de ofertá-los de forma seriada e com disciplinas concomitantes, para implantar o ensino médio por blocos. Enquanto na organização semestral, os alunos tinham acesso, de oferta simultânea, a todas as disciplinas no decorrer dos semestres. Na organização por blocos, essa oferta concentra toda a carga horária de algumas disciplinas que são oferecidas em um semestre a cada ano, rotativamente.

A adesão ao ensino médio por blocos foi uma recomendação da SEED, e os colégios tiveram autonomia para aceitarem ou não essa forma de oferta dos conteúdos. Segundo o PPP da Escola Estadual Padre Canísio Henz (2012b), o objetivo da SEED foi combater a

evasão escolar, presente na maioria das escolas que ofertam ensino médio, principalmente no turno noturno. Essa proposta foi considerada inovadora em razão de o estado do Paraná apresentar uma taxa significativa de evasão escolar e repetência. Diante dessa problemática, houve a necessidade de que se pensassem novas ações para o ensino médio (PARANÁ, 2012b).

Tendo em vista a realidade dos dois colégios identificados como campo empírico desta pesquisa, no ano de 2011, o Colégio Padre Pedro Canísio Henz apresentou maior número de descumprimento de condicionalidades do BVJ vinculado à frequência no ensino médio. Esse resultado foi identificado a partir da análise de dados do registro da frequência escolar no documento “Projeto Presença”, do MEC, disponibilizado pela SEMED de Cascavel.

As secretarias municipais de educação devem repassar os dados referentes à frequência escolar dos alunos inseridos no ensino médio, apresentando os motivos dos descumprimentos. A secretaria fornece os dados para o MEC, e esse os repassa para o MDS. Para tanto, o MEC fornece uma legenda com uma lista de motivos para que os colégios estaduais alimentem os dados e os repassem para a SEMED. Nessa legenda, os motivos 64 e 65 - desinteresse/desmotivação pelos estudos e abandono escolar/desistência - foram os que mais se destacaram como justificativa para o descumprimento do número mínimo de presença escolar, que é de 75%.

A Tabela 4 apresenta os motivos que compõem o relatório “Projeto Presença”, obtido pelas secretarias municipais de educação quando o aluno descumpre a condicionalidade, tendo presença inferior a 75% no ensino médio.

Tabela 4 – Legenda de motivos dos descumprimentos de condicionalidades do PBF/BVJ

---

**LEGENDA MOTIVOS**

---

- |   |  |
|---|--|
| 1 | Ausência por questão de saúde do aluno |
| 2 | Doença/Óbito na família                |
| 3 | Inexistência de oferta de serviços     |

	educacionais
4	Fatos que impedem o deslocamento à escola
5	Inexistência de serviço/Atendimento educacional à pessoa com deficiência/necessidades especiais
6	Concluiu o Ensino Médio
7	Suspensão escolar
8	Educação de jovens e adultos semipresencial
9	Situação coletiva que impede a escola de acolher os alunos
51	Gravidez
52	Mendicância/Trajectoria de rua
53	Negligência dos pais ou responsáveis
54	Trabalho infantil
55	Violência sexual/exploração sexual
56	Violência doméstica
57	Sem motivo identificado
58	Escola não informou o motivo
59	Motivo inexistente na tabela
60	Violência/Discriminação/Agressividade no ambiente escolar
61	Motivos sociais familiares
62	Trabalho do jovem
63	Exploração/Abuso sexual/Violência doméstica
64	Desinteresse/Desmotivação pelos estudos
65	Abandono escolar/Desistência
66	Necessidades de cuidar de familiares

---

**Fonte:** CASCAVEL, 2011

Dentre os motivos destacados, percebe-se que os mesmos estão associados à problemática gerada pelas condições do trabalho em uma sociedade capitalista periférica. A concentração e a acumulação de capital nas mãos de uma minoria geram mazelas sociais que atingem a grande massa trabalhadora, destituída dos meios de produção.

Nesse sentido, como estratégia da própria organização capitalista, as políticas sociais são fragmentadas em saúde, educação, moradia, dentre outras. O objetivo desse arranjo é a própria desordem ou desestabilização das formas de organização dos trabalhadores, que faz com que eles não reconheçam todas as demais estruturas e lutas por políticas sociais. Ao contrário disso, as diferentes organizações são sempre isoladas, e quase nunca são reconhecidas por todos como parte de um mesmo processo que se origina da luta entre capital e trabalho, cujo resultado são as políticas sociais (NETTO, 2006).

Nesse contexto, são emblemáticas as variáveis que aparecem na Tabela 4, cujos dados apontam para graves problemas sociais e suas incidências no sistema de ensino, que reproduz a dualidade de classe, sendo essa uma das expressões máximas do sistema capitalista.

Ao analisar a Tabela 4, referente aos motivos de descumprimento dos compromissos pelos beneficiários do BVJ do município de Cascavel, e verificar sua relação com a Escola Estadual Padre Pedro Canísio Henz, que apresenta os maiores índices de descumprimento de condicionantes, pode-se inferir que se destacam três motivos, evidenciados na tabela acima: o motivo 64, relacionado ao desinteresse/desmotivação pelos estudos, o qual obtém cinquenta e três descumprimentos no decorrer de 2011; com maior expressão o motivo 65, referente ao abandono escolar/desistência, com o total de cento e quatro descumprimentos e; por fim, o motivo 53, relacionado à negligência

dos pais ou responsáveis, com a obtenção de quatro descumprimentos ao longo do ano.<sup>5</sup>

A realidade dos descumprimentos expressos neste trabalho de pesquisa é resultado da herança nefasta da história da educação brasileira, desde a Reforma Francisco Campos, no início da década de 1930, quando o sistema público de educação não poderia reproduzir outra lógica que não a dualidade de classes.

Segundo Xavier (1990), a educação no Brasil é dual, ou seja, reproduz a diferença de classes. Existe, portanto, um sistema de educação voltado para as classes dominantes, para garantir a sua dominação; e outro sistema direcionado para a classe trabalhadora, cujo objetivo é formar mão de obra para atender aos interesses do sistema produtivo. Entretanto, muitas vezes, nem esse último objetivo consegue ser minimamente cumprido pela escola pública, em razão da ineficiência de sua organização bem como da falta de interesse das classes dominantes em garantir o mínimo necessário para isso.

Os alunos beneficiários do PBF/BVJ cursam uma modalidade de ensino cuja dualidade se manifesta de forma nevrálgica, já que o ensino médio carrega consigo as manifestações contundentes dessa educação dual. Isso porque oferece uma formação que pode preparar para a continuidade dos estudos, e outra que, minimamente, atende às demandas do mundo do trabalho (XAVIER, 1990).

A sobrecarga de trabalho dos professores associada à desvalorização da profissão, à ausência de estruturas físicas, às mínimas condições de trabalho, à violência escolar, ao número excessivo de alunos, dentre outros fatores, constituem aspectos limitadores do trabalho docente. Nessas condições, os professores não conseguem inovar didaticamente, além de terem tempo restrito disponível aos estudos. Não se pretende generalizar dizendo que todos os professores com elevada carga horária não desenvolvem boas aulas e transmitem conteúdos científicos de forma insatisfatória. Porém, salienta-se que tal sobrecarga consiste em

---

<sup>5</sup> A Tabela 4 refere-se a um levantamento geral de todos os motivos de descumprimentos de BVJ no município de Cascavel. Não há a disponibilidade desses dados por escola.

uma variável limitadora do trabalho desses professores, já que o acentuado tempo de atuação em sala pode impedi-los de estudar e preparar aulas.

Também é preciso ressaltar que os alunos que frequentam a Escola Estadual Padre Pedro Canísio Hens são trabalhadores e exercem tripla jornada cotidiana, constituída por oito horas de trabalho, mais quatro horas de estudo. O cansaço do trabalho juntamente com outras responsabilidades e papéis sociais acarretam no motivo 64, que corresponde ao desinteresse/desmotivação pelos estudos, mencionado na tabela acima.

Já o motivo 65, relacionado ao abandono escolar e à desistência, é certamente um dos maiores problemas da educação pública no Brasil. Portanto, são demandadas alternativas para a solução dessa problemática não somente nessa escola, mas em todo o município de Cascavel, já que os dados revelam uma taxa de abandono escolar de 6,9% no ensino médio no ano de 2011 (PARANÁ, 2012a). A compreensão dessa variável é fundamental, haja vista que entender o quê causa o abandono ou a desistência escolar pode ser um indicador importante para o desenvolvimento de políticas sociais que venham a diminuir esse problema, com agravante maior no ensino médio.

O abandono e a desistência escolar também estão relacionados ao desinteresse/desmotivação pelos estudos, pois o aluno, nessas condições, tem, como consequência, mau desempenho e rendimento escolar, o que pode, conseqüentemente, levá-lo a se evadir da escola. Sendo assim, os fatores já relatados, somados a outros, que possivelmente estão associados a questões econômicas, podem fazer com que muitos alunos vejam-se obrigados a saírem da escola, seja para ampliarem sua carga de trabalho e complementarem sua renda, ou mesmo pela incapacidade física de se adequarem às exigências do trabalho e da escola.

Pinto e Cruz (2012), ao realizarem uma análise dos dados estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, revelaram que a evasão escolar é mais acentuada no grupo de alunos com idade entre 15 e 17 anos, matriculados, em sua maioria, no ensino médio. No Colégio Padre

Pedro Canísio Henz essa realidade não é diferente, já que a maioria dos alunos que se evadem são aqueles matriculados no ensino médio noturno.

O PBF/BVJ contempla estudantes da faixa etária mencionada, posto que há uma relação entre a possibilidade do combate à evasão escolar e o retorno de jovens que se encontram fora do sistema de ensino. O benefício, conforme os objetivos do mesmo, pode contribuir significativamente para o combate à evasão escolar, principalmente por ser fundamental ao complemento da renda familiar desses estudantes (BRASIL, 2014a).

A tendência é a de os pais procurarem a escola na tentativa de fazer com que os filhos regressem aos estudos quando o benefício está para ser cancelado, tendo em vista que o descumprimento da condicionalidade incide em três efeitos: advertência, suspensão ou cancelamento do benefício. Embora o valor percebido por cada beneficiário seja irrelevante no que se refere a sanar as carências materiais de cada família, essa atitude da família de buscar evitar o cancelamento do benefício contribui para o combate à evasão escolar, pois possibilita que os alunos retornem ao ensino médio (BRASIL, 2014a).

Para Pinto e Cruz (2012), os motivos que levam os jovens a estarem fora da escola estão ligados a vários fatores, mas devem ser superados para que seja possível a continuação nos estudos e a permanência na escola. A necessidade de ingressar no mercado de trabalho, o convívio com a violência e problemas de ordem familiar são as razões mais destacadas quando se trata de abandono escolar. Além desses, também se sobressaem como motivos a dificuldade de acesso à escola e a péssima qualidade de ensino.

A percepção de que a escola reflete a sociedade, e, por isso, não pode ser pensada fora dela, como algo isolado e distante, é uma das condições necessárias para a compreensão dos causadores da evasão escolar. Esse problema, conforme evidenciam os dados da Escola Estadual Padre Pedro Canísio Henz, tem origem em outras situações, que estão fora da escola, mas que a afetam diretamente, como é o caso do trabalho. Como consequência, tem-se o fracasso escolar, que se manifesta quando o aluno não responde com bom



desempenho nos estudos, chegando a não assimilar o conhecimento científico, o que pode acarretar em situações de reprovação ou abandono escolar.

O sistema capitalista naturaliza as situações de informalidade, baixos salários ou desemprego, a partir das relações meritocráticas impostas pelo sistema escolar. Nesse caso, o sujeito é culpabilizado, ocultando-se o fato de que a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso é social, e não individual. Sendo assim, a situação em que se encontra o sujeito é resultado de seu próprio desenvolvimento na sociedade, de seu sucesso ou esforço individual. Também, consolidam-se as justificativas para a valorização do trabalho intelectual e desvalorização do trabalho manual, que é desprezível e reservado aos menos esforçados, socialmente excluídos de outras possibilidades (XAVIER, 1990).

A evasão escolar ainda desencadeia o motivo de número 53, que se refere à negligência dos pais ou responsáveis, como razão de descumprimento de condicionalidades. Esse motivo deve ser considerado porque os pais, ao perceberem a evasão dos filhos, não tomam iniciativas que venham a combatê-la. Ao contrário, parecem acomodarem-se quando percebem essa situação e encontram os seus filhos em uma situação de cansaço físico, decorrente do trabalho.

O fracasso escolar e a desvalorização da educação pela classe trabalhadora já foram aspectos discutidos por Saes (2013), que aponta para as condições materiais de existência e a necessidade da ocupação das crianças no trabalho, quando a escola tira delas o tempo e a renda que poderiam ser dedicados ao trabalho.

Para as famílias de trabalhadores manuais, as crianças constituem mão de obra suscetível de ser colocada, desde cedo, a serviço da reprodução material da unidade familiar. Analisada por esse ângulo, a entrada das crianças no ensino fundamental representa um desvio de energia que poderia ser empregada na esfera do trabalho e, portanto, indiretamente, um empobrecimento da família trabalhadora. Isso explica, de resto, que a evasão escolar das crianças pobres, como consequência do fracasso escolar, seja frequentemente encarada como uma fatalidade, e não como um

acontecimento revoltante, pelos pais desses alunos. Talvez pela mesma razão muitas famílias de trabalhadores manuais promovem o retardamento da entrada dos seus filhos no universo escolar, argumentando que lhes faltaria a maturidade necessária para tanto, presente apenas, desde cedo, nos filhos de pais ricos (SAES, 2005, p. 99).

No mais, tem-se a desvalorização do trabalho manual, que, muitas vezes, é realizado sem a necessidade de maior grau de instrução e é um elemento a mais para a não valorização da escola ou mesmo do conhecimento científico. Xavier (1990) demonstra em seu estudo que a educação não era considerada algo importante para os trabalhadores, pois, até a década de 1940, eles eram excluídos do sistema formal de ensino. Esse quadro propiciou uma educação reservada apenas para as elites brasileiras, enquanto os trabalhadores desenvolviam suas atividades sem ter acesso à escola.

Esse conjunto de situações contribui para o aluno desacreditar que a escola pode proporcionar a ele um futuro melhor. No mais, tendo em vista que a educação recebida na atualidade tem qualidade precária em relação ao conteúdo e ao preparo para o trabalho, isso pode reforçar a evasão escolar (PINTO; CRUZ, 2012).

Esses autores ainda pontuam que, em 2007, a Fundação Getúlio Vargas, a partir de uma pesquisa relacionada à evasão escolar, revelou que os alunos não percebem atrativos na escola, e isso os desestimula a estudar. Outro agravante para esse desinteresse são as sucessivas reprovações sofridas por eles, que, conseqüentemente, acabam por desmotivá-los. Porém, para esses autores, associar o abandono escolar a um histórico de repetências é, no mínimo, um equívoco, visto que esse não é o único fator responsável por esse fenômeno (PINTO; CRUZ, 2012).

Para Alaminos (2012), as dificuldades econômicas tornam-se justificativas para a saída de jovens da escola, obrigando-os a exercerem atividades laborativas remuneradas para a complementação da renda familiar. A realidade brasileira é marcada pela expressiva desigualdade social, sendo que a situação de muitas famílias é a condição de miséria, o que obriga muitos jovens a

optarem por meios de subsistência em detrimento da continuidade dos estudos.

Embora a educação não seja valorizada por muitos alunos e seus responsáveis, deve-se ressaltar que essa não é uma premissa que pode ser generalizada para toda classe trabalhadora, embora represente a grande maioria dela. Isso pode ser constatado nos dados do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, que apresentou os menores índices de descumprimento, em razão de que a realidade da maior parte dos estudantes permite-lhes dedicação exclusiva aos estudos, sem terem que se dividir com o trabalho.

Na concepção de Soares (1986), ao fazer uma discussão crítica sobre a ideologia do dom, há o reforço dos princípios liberais pautados na meritocracia, que compreende que todos possuem seu lugar na escola e as oportunidades lhes são dadas de maneira igual. Portanto, o sucesso ou fracasso dependerá unicamente do indivíduo. De acordo com essa ideologia liberal, a causa do sucesso ou fracasso dos alunos estaria relacionada à aptidão, à inteligência e ao talento de cada um desses jovens, ou seja, às suas condições básicas para aprender. Sendo assim, passaria a ser natural a seleção dos mais e dos menos capazes, classificados em:

[...] em turmas “fortes” e turmas “fracas”, identifique “bem-dotados” e “superdotados”, e a eles dê atenção especial, e oriente os alunos para diferentes modalidades de ensino (por exemplo: os “menos capazes” para um 2º grau profissionalizante, os “mais capazes” para um 2º grau que leve ao acesso a cursos superiores) (SOARES, 1986, p. 11).

Outra questão pontuada pela autora é a ideologia de deficiência cultural, que está relacionada à posição hierárquica dos indivíduos, determinada por suas características individuais. Nessa perspectiva, baseia-se na ideia de que as desigualdades sociais originam-se da diferença de aptidão, de inteligência.

A partir desse discurso, os mais dotados, aptos e inteligentes constituem a classe dominante. De forma contrária, os destituídos dessas características constituem as classes dominadas e menos favorecidas. Essa concepção naturaliza as desigualdades bem como

a própria meritocracia e repercute na forma como os estudantes compreendem o desempenho desses na escola. Geralmente, o fracasso escolar é concebido, nessa lógica naturalizada, como sendo relacionado ao abandono e ao desinteresse pelos estudos. Os alunos entendem-se e são tidos como menos dotados, menos aptos e menos inteligentes (SOARES, 1986).

As condições gozadas pelas classes favorecidas permitem a elas o seu desenvolvimento desde a infância, dada a condição de possuírem meios para a obtenção do sucesso na escola. As condições da classe trabalhadora, ao contrário, fazem com que a socialização das crianças não possibilite o desenvolvimento das características que levam ao sucesso na aprendizagem (SOARES, 1986). É sabido que as desigualdades sociais são fruto dessa relação antagônica, e não possuem conexão com as desigualdades de cunho natural ou de aptidão e inteligência. Naturalizar o fracasso escolar pela meritocracia oculta os reais motivos que contribuem para esse processo.

As condições materiais de sobrevivência e a determinação da economia sobre a vida social são o principal fator que torna possível compreender as raízes desse fenômeno. As condições de sobrevivência da classe trabalhadora intensificam sua precarização com as crises cíclicas do capitalismo e seus efeitos, principalmente na periferia do mesmo. Ocorre a degradação das condições de vida da população, com a queda de salários e alto índice de desemprego, que afetam a vida de milhares de brasileiros, quando o Estado desempenha uma política de redução de custos estatais com políticas sociais, através do cumprimento de uma agenda neoliberal.

Nos anos 1990, foi ampliado o empobrecimento da população, o que estava vinculado à redução dos gastos públicos. As contradições dessa realidade levaram à organização da classe trabalhadora e à demanda por políticas sociais. Ademais, o aumento da pobreza representava, também, uma ameaça que poderia impulsionar o levante da classe trabalhadora. Foi nesse contexto que, nos anos 2000, ocorreu a ampliação dos investimentos em políticas sociais, sendo o BPF exemplo disso, resultante do conflito entre capital e trabalho.

O PBF inaugurou um atendimento diferenciado às famílias, o que pode ser evidenciado na expressão das questões sociais que ensejam mudanças nos arranjos familiares e impõem ao Estado o reconhecimento dos mesmos. Isso se reflete em alguns motivos apresentados na Tabela 4, como o 61, “sociais familiares”, e o 66, “necessidade de cuidar da família”, os quais estão relacionados às mudanças políticas, sociais e econômicas que alteraram de forma substancial a organização das famílias brasileiras.

As políticas sociais passaram a incorporar novos arranjos familiares, os quais, inclusive, levaram à mudança na constituição de 1988, que reconhecia como família apenas aquela constituída com base no casamento ou na união entre heterossexuais. Constata-se que as leis, de certa forma, adéquam-se ao conjunto das mudanças sociais. No caso da família, houve o reconhecimento da união estável entre homem e mulher, independente do casamento religioso e civil, e também das relações de caráter monoparental, conforme Lopes (1994).

Essas mudanças descaracterizaram o conceito de família, legitimado até então pelo vínculo nuclear, o que trouxe implicações e novas relações sociais, que se expressam principalmente na família chefiada por mulheres. Essa realidade assola a classe trabalhadora, pois grande parte dessas famílias é atingida pela pauperização e degradação das condições de vida. Esse quadro, de certa forma, contribui e interfere no cuidado da família (CARVALHO, 1998).

Mães que precisam trabalhar e, simultaneamente, criar seus filhos, considerando a deficiência de políticas sociais, obrigam-se a deixar os filhos em situações de vulnerabilidade e risco social. O cenário é de filhos mais velhos cuidando dos mais novos, avós tomando para si a tarefa de cuidar, e marginalidade social. Todos esses constituem um conjunto de fatores que afetam e tornam possível explicar o motivo 66, que estabelece a necessidade de cuidar da família (MIOTO, 1997).

Já os motivos sociais e familiares expressos no motivo 61 não estão desvinculados da necessidade de cuidar da família, embora sejam explicados por precarização das condições de vida da população, baixos salários, novos arranjos familiares, e baixo poder

aquisitivo de muitas famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Logo, as condições materiais de existência e os aspectos econômicos estão determinando o conjunto das relações sociais.

Diante dos dados, este estudo revelou o caráter contraditório das políticas sociais, pois, embora haja a percepção de que o benefício BVJ - cujo valor é de R\$ 38,00 para cada adolescente, com limite de dois recebimentos por família - é irrisório para sanar as necessidades de sobrevivência desses estudantes. Ao deixarem de ir para a escola para trabalharem, os jovens podem ter o valor desse benefício superado, apesar de desempenharem trabalho manual.

Já que as políticas sociais são contraditórias, a convocação da família e sua advertência são fatores positivos para o combate à evasão. Por mais que os dados revelem que esse fenômeno continue a ocorrer, a atuação da equipe pedagógica associada à Secretaria de Assistência Social é fundamental, pois essas instituições desempenham um trabalho de orientação sobre a importância da educação para o jovem, o que, muitas vezes, o obriga a voltar para a escola, independente do valor do benefício que irá receber.

Por mais que haja críticas referentes aos benefícios recebidos por milhares de famílias brasileiras, como a bolsa família e outros benefícios atrelados a ela, como o BVJ, ainda se faz necessário ampliar o valor destinado a cada estudante. Essa é uma medida necessária para que o benefício por si só e sua vinculação com a educação seja realmente substancial na vida de milhares de jovens, desobrigando-os a abandonarem a escola para trabalharem.

## **Conclusão**

As análises desta pesquisa revelaram que os dois colégios públicos selecionados como amostra tiveram como perfil alunos oriundos da classe trabalhadora, já que a escola pública está destinada para os filhos dos trabalhadores. Essa instituição, portanto, é resultado de um sistema de educação que, na educação básica, reproduz a dualidade de classes, e, por isso, é renegada pelos

filhos das classes dominantes, o que não ocorre na educação superior pública.

A realidade e as condições de ambos os colégios evidenciaram a determinação das condições materiais de sobrevivência. Essas são as causas fundamentais para o sucesso ou fracasso escolar. Ao mesmo tempo, contribuíram para desconstruir que o fracasso ou o sucesso escolar estão ancorados na meritocracia. Isso pode ser percebido no bom desempenho dos alunos que fizeram parte da amostra que não apresentou qualquer índice de descumprimento do BVJ. Por mais que o Colégio Estadual Presidente Costa e Silva seja acessado por filhos de trabalhadores, eles ainda mantiveram o “privilégio” de somente estudar. Já os alunos do Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz, com maior índice de descumprimento no município no período estudado, além de dedicarem seu tempo aos estudos, eram levados a dividi-lo com o trabalho.

Com isso, é possível inferir e reafirmar que, mais uma vez, o fator o econômico, ou o que Karl Marx (1998) denominou de infraestrutura, determina, em última instância, as relações sociais. Isso porque as condições materiais de sobrevivência dos alunos que puderam dedicar-se integralmente aos estudos, embora também sejam filhos de trabalhadores, são consideradas privilegiadas em relação àqueles estudantes que têm de se submeter a uma extensiva e intensiva jornada de trabalho, e conciliar parte de seu tempo com os estudos.

A pesquisa também revelou que os programas de transferência de renda, com destaque para o PBF/BVJ, estão muito aquém do pretendido, haja vista o valor pago para cada beneficiário, embora esteja em situação de pobreza e extrema pobreza, ainda ser insuficiente frente ao que ele pode receber quando desempenha uma ocupação no mercado de trabalho.

Embora os documentos que regem o benefício BVJ não vinculem o benefício diretamente com o objetivo do combate à evasão escolar, quando ele é colocado como um critério de sanção frente aos descumprimentos, já está atrelado aos objetivos gerais, que é contribuir para a ampliação dos índices educacionais e combater a evasão escolar.

Os dados mostraram que a Escola Estadual Padre Pedro Canísio Henz teve as maiores taxas de reprovação no segundo ano do ensino médio, período esse que coincide com a etapa laboral de adolescentes. Além disso, esse mesmo colégio apresentou os maiores índices de abandono escolar, sendo esses resultados superiores à média geral de todos os colégios estaduais de Cascavel, cujos dados são maiores no terceiro ano do ensino médio, período de compatibilidade da força laboral de adolescentes que deixam a escola para se dedicarem ao trabalho.

A participação da família na escola apresentou-se como um fenômeno importante para combater a evasão escolar. Esse fato pode ser percebido na realidade do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, mas que, por outro lado, apresentou dados de reprovação bem superiores aos demais colégios, os quais foram, inclusive, maiores do que os dados registrados pelo Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz, com maiores índices de descumprimento, e do que a média do município de Cascavel.

Há, portanto, duas informações que se cruzam quando da análise dos dados do Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz. Primeiro, ele apresenta as maiores taxas de descumprimento; segundo, conseqüentemente, ele carrega consigo as maiores taxas de abandono escolar, as quais, conforme já foi dito, estão associadas às condições materiais de existência. Isso porque são jovens trabalhadores, que dedicam parte do tempo ao trabalho e aos estudos, e não possuem o privilégio de se dedicarem exclusivamente aos estudos. Dessa forma, seria um equívoco, ou um erro arbitrário, atribuir o sucesso ou fracasso escolar aos próprios alunos, quando sua realidade não lhes permite acesso exclusivo à escola.

Faz-se necessário salientar que jovens que possuem boas condições materiais não estão livres do fracasso escolar. Isso ficou evidente no Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, que carrega as maiores taxas de reprovação. Portanto, esse é um dos fatores que determina o que se considera por fracasso ou sucesso, no quesito rendimento ou aproveitamento escolar. Embora essa escola tenha apresentado elevados índices de reprovação e também de evasão



escolar, pode-se inferir que nenhum deles estava associado aos beneficiários do programa, já que no período estudado não foram registradas taxas de descumprimento. Logo, se não há descumprimento, não há abandono escolar desses alunos.

Por outro lado, o descumprimento, apesar de estar relacionado à frequência escolar e à interrupção do recebimento do benefício de ordem financeira, como o BVJ, mesmo para aquelas famílias que mais necessitam deles, não é garantia da permanência de todos os seus beneficiários no ensino médio. São estratégias de políticas assistências que podem atrair e contribuir para combater a evasão escolar e, assim, diminuir os índices de reprovação nessa etapa de ensino.

Além disso, a organização escolar, ao focar as ações da equipe pedagógica voltadas para intervenções como o contato com a família do aluno faltoso - associada ao trabalho em rede, através da vinculação entre as Secretarias de Educação, pelo acompanhamento direto do aluno beneficiário na escola, e da Secretaria de Assistência Social com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), pela vinculação direta do benefício tendo como condicionalidade a frequência escolar - pode contribuir para o combate à evasão escolar, mas não suprimir totalmente essa mazela da educação brasileira, já que ela faz parte da própria lógica das condições sociais e, portanto, da educação no País.

## Referências

- ALAMINOS, Claudia. **Evasão escolar na adolescência: necessidades ou ideologia?** Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000200001&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000200001&script=sci_arttext)>. Acesso em: 24 de abr. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **BVJ- Benefício Variável Jovem, 2014.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa->

familia/beneficios/gestor/bvj-beneficio-variavel-jovem>. Acesso em: 13 de Dez. de 2014a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programa Bolsa Família**, 2014. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades>>. Acesso em: 12 de Dez. de 2014b.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome. **Programa Bolsa Família: valores dos benefícios**, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/valores-dos-beneficios>>. Acesso em: 06 de ago. 2014c.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento social e combate a fome. **Brasil sem miséria retira 22 milhões de pessoas da extrema pobreza**, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/02/brasil-sem-miseria-retira-22-milhoes-de-pessoas-da-extrema-pobreza>>. Acesso em: 19 de fev. 2013.

CARVALHO, Luíza. **Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida**. Serviço social e Sociedade, n° 57, São Paulo: Cortez, 1998.

CASCADEL, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Presença**. Cascavel, 2011.

CASCADEL, **Plano político pedagógico**. Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, Cascavel, 2012a.

CASCADEL, **Plano político pedagógico**. Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz. (Cascavel, 2012b).

LOPES, José Rogério. **Das famílias “desestruturadas” às famílias “recombinadas”**: transição, intimidade e feminilidade. Serviço social & Sociedade, São Paulo, n. 46, p. 05-34, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e serviço social: contribuições para o debate**. Serviço social & Sociedade, São Paulo, n. 55, p. 114-130, 1997.

NETTO, José P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PARANÁ, Governo do estado. **Consultas escolas 2012**.

Disponível em:

<<http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp>>.

Acesso em: 12 de mai. 2012a.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação Departamento de Educação Básica Coordenação de legislação e Ensino Grupo de Estudos. **A proposta de inovação do ensino médio: uma produção coletiva**. 2009. Disponível em:

<[http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/ens%20medio%20blocos/origem\\_em\\_blocos.pdf](http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/ens%20medio%20blocos/origem_em_blocos.pdf)>. Acesso em: 15 de mai.

2012b.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação. **Instrução n.º 021/2008**. 2008. Disponível em:

<<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao212008.PDF>>. Acesso em: 16 de mai. 2012c.

PINTO, Valessa L. L. de Sá; CRUZ, Frederico A. de Oliveira.

**Evasão escolar: uma dura realidade**. Disponível em:

<<http://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/0809/0809.3677.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

SAES, Décio Azevedo. **Classe média e escola capitalista**.

Revista Crítica Marxista, n. 21, Editora Revan, nov. 2005.

Disponível em:

<<http://74.125.45.132/search?q=cache:EnSX3PMAZjwJ:www.uni-camp.br/cemarx/criticamarxista/critica21-A-sac>>. Acesso em: 28 de jan. 2013.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Editora Ática, 1986.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

### **Contribuições dos autores:**

Autor A - Christiani Bortoloto Lopes: dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, área de concentração: Sociedade, Estado e Educação para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Autor B- Francis Mary Guimarães Nogueira: Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PPGE UNIOESTE, pesquisadora do Grupo de pesquisa em Políticas Sociais –GPPS UNIOESTE-Cascavel, com orientação de outras teses e dissertações sobre Bolsa Família e Políticas Educacionais, orientadora da dissertação de mestrado, resultado da versão desse artigo.

Autor C - Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais - GPPS, UNIOESTE-Cascavel, professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus de Medianeira - UTFPR, com atuação em políticas educacionais voltadas para o ensino médio, cuja interlocução e sugestões de leituras de outras bibliografias vinculadas ao tema de pesquisa, que resultou no processo de elaboração do referido artigo.

Recebido em 24/03/2016 e  
aceito em 03/12/2016.

---

**Resumo:** Este artigo objetiva divulgar os resultados de uma pesquisa realizada no município de Cascavel – PR sobre o Programa Bolsa Família/Benefício Variável Jovem e sua vinculação com a evasão escolar no ensino médio. O estudo contemplou os dados das condicionalidades de dois colégios públicos. Os resultados sugerem que o benefício contribui para a redução da evasão escolar nessa etapa de ensino bem como indicam a importância de sua ampliação para que o valor recebido por estudante seja suficiente para desobrigá-lo de trabalhar.

**Palavras-chave:** benefício, ensino médio, descumprimento, evasão escolar.

---

---

**Title:** *The Variável Jovem benefit and its implications for reducing truancy*

**Abstract:** *This paper aims to spread out the results of a survey that was carried out on the city of Cascavel, at the state of Paraná, which concerns about the Bolsa Família Program / Variável Jovem Benefit and its link with truancy in high school. The study included data from the situation at two public schools. The results suggest that this benefit helps to reduce truancy in high school and indicate the importance of its expansion, so the amount of money received per student can be enough in a way that it could exempt him or her from working.*

**Keywords:** *benefit, high school, noncompliance, school dropout.*

---